



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA,
CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA**

Sophia Martins Machado da Silveira

**ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA EM
CELSO FURTADO E ALDO FERRER**

**Brasília, DF
2022**

Sophia Martins Machado da Silveira

**ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA EM
CELSO FURTADO E ALDO FERRER**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Administração, Economia, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Versiani

**BRASÍLIA, DF
2022**

“América Latina, un pueblo sin piernas,
pero que camina”.

Calle 13, 2011.

Resumo

O presente texto busca resgatar os principais conceitos que originaram o pensamento estruturalista cepalino, priorizando a evolução dos mecanismos analíticos em relação ao subdesenvolvimento latino-americano e suas implicações, a fim de ressaltar o papel imprescindível do estudo da formação e do desenvolvimento econômico desses países para a compreensão de fenômenos socioeconômicos atuais.

Palavras-chave: CEPAL; pensamento estruturalista latino-americano; método histórico-estruturalista; Celso Furtado; Aldo Ferrer.

Abstract

The present text seeks to rescue the main concepts that originated ECLAC's structuralist thought, prioritizing the evolution of analytical mechanisms in relation to Latin American underdevelopment and its implications, in order to highlight the indispensable role of the study of the formation and economic development of these countries for the understanding of current socioeconomic phenomena.

Keywords: CEPAL; Latin American structuralist thought; historical-structuralist method; Celso Furtado; Aldo Ferrer.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica da América Latina e do Caribe
PSI	Processo de Substituição de Importações
ISI	Industrialização por Substituição de Importações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1.INDUSTRIALIZAÇÃO E TEORIA ESTRUTURALISTA	10
1.1 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO	10
1.2 PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA NO BRASIL	14
1.3 Perspectiva histórico-estruturalista na Argentina	20
2.DESENVOLVIMENTO DAS IDEIAS ESTRUTURALISTAS	25
2.1 Evolução da teoria estruturalista no brasil.....	25
2.2 EVOLUÇÃO DA ANÁLISE HISTÓRICA-ESTRUTURALISTA NA ARGENTINA	31
3. Estagnação na américa latina	39
3.1 A crise do pensamento desenvolvimentista da década de 1960	40
3.2 A Teoria da Estagnação Econômica de Celso Furtado	44
3.3 A teoria da Crise de Densidade Nacional de Aldo Ferrer	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
Bibliografia	55

INTRODUÇÃO

A realidade histórica do subdesenvolvimento despertou diversas teorias e linhas de pensamento, a fim de estudar as particularidades inerentes aos países da América Latina. A teoria estruturalista nasceu dessa necessidade de compreender, para além das teorias clássicas, o contexto histórico, social e econômico dos países latino-americanos, atrelados ao subdesenvolvimento. A teoria se estabeleceu em torno da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), implementada em 1948, com o objetivo de identificar e buscar soluções para os fatores que condicionam as tendências sociais e econômicas dos países subdesenvolvidos, em divergência ao contexto dos países desenvolvidos da Europa e América do Norte.

As contribuições dessa escola de pensamento para o estruturalismo levaram a ruptura com o pensamento linear e “evolucionista”, à medida que apreendem o subdesenvolvimento não como uma etapa em direção ao desenvolvimento, mas uma condição permanente, caso não se mudem as relações entre os componentes estruturais comuns aos países latino americano (GENNARI; OLIVEIRA, 2021).

Raul Prebisch, economista argentino, apresentou o documento “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” (1949), que se tornou um marco em sua atuação na CEPAL (DOSMAN, 2011) e no desenvolvimento da teoria estruturalista, influenciando diversos economistas cepalinos na elaboração de novas teses econômicas sob uma perspectiva estruturalista.

No Brasil, as décadas de 1940 a 1960 foram de grandes contribuições à teoria estruturalista, destacando-se os trabalhos de Celso Furtado, na análise histórica das diferenças estruturais da América Latina. O trabalho de Furtado em sua mais famosa obra “Formação Econômica do Brasil” teve grande impacto na evolução das ideias originalmente difundidas por Prebisch, inspirando outros economistas, como o argentino Aldo Ferrer, que redigiu a obra “A economia Argentina”, em que discorre

sobre a estrutura econômica argentina desde o período da colonização até fase da globalização do século XX.

Desse modo, Furtado, juntamente com Ferrer, ampliaram a discussão da evolução econômica dos países latino-americanos, adicionando a perspectiva da formação histórica como central nesse processo. A dupla perspectiva de análise, levou ao desenvolvimento do método “histórico-estruturalista” (BIELSCHOWSKY, 2000), que consiste na compreensão de fenômenos econômicos atuais na América Latina a partir de uma leitura da história socioeconômica e política dessas sociedades, identificando a origem e evolução dos desafios do subdesenvolvimento (FERRER, 1963).

1. INDUSTRIALIZAÇÃO E TEORIA ESTRUTURALISTA

A partir dos anos 1930, com a crise econômica mundial e o consequente rompimento do paradigma liberal, novas teorias econômicas passaram a ganhar maior notoriedade no debate acadêmico. Na América Latina, o até então utilizado modelo de crescimento *hasta fuera* entrou em colapso com a diminuição da renda e, conseqüentemente, da demanda dos países europeus importadores de matérias primas.

Diante da estagnação das exportações de produtos primários, tornou-se imprescindível para os países América Latina adotar uma nova estratégia de desenvolvimento voltada à superação dos obstáculos específicos daquelas economias. À vista disso, a abordagem desenvolvimentista cepalina surge como importante fator para o debate acadêmico no século XX, contribuindo para o desenvolvimento de uma teoria econômica que reflete sobre a relação entre países que já haviam se industrializado e países subdesenvolvidos.

A primeira parte (1.1) desse capítulo foca na origem e nas principais teses desenvolvida pelos pensadores da Cepal, destacando a adoção do mecanismo de substituição de importações para a superação das barreiras da industrialização tardia na América Latina.

O segundo tópico (1.2) aborda a evolução da teoria estruturalista no Brasil, priorizando a análise do trabalho acadêmico de Celso Furtado, marcado pelo desenvolvimento da abordagem histórica da tese estruturalista, ressaltando os impactos das políticas econômicas adotadas desde o período da colonização na formação econômica brasileira e sua atual condição de subdesenvolvimento.

Por fim, o terceiro tópico (1.3) desenvolve sobre a influência de Furtado sobre outros pensadores cepalinos e a ampliação de seu método histórico-estruturalista na Argentina com o trabalho de Aldo Ferrer.

1.1 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO

A Primeira Guerra Mundial foi um dos fatores responsáveis por desmoronar a ordem econômica mundial pré-guerra, originando uma nova estruturação em que os Estados Unidos se assentaram como novo centro hegemônico e as potências europeias entraram em declínio devido aos altos

custos da guerra. Desse modo, este primeiro conflito de âmbito mundial teve como consequência a crise de 1929, acarretando mudanças drásticas nas bases que sustentavam a globalização da segunda ordem mundial, modificando o contexto em que estavam inseridas as economias latino americanas (FERRER, 2004).

No período de crise pré-guerra, devido à escassez de dólares, apenas os Estados Unidos podiam fornecer a todos os países os bens de consumo e de capital que necessitavam, o que gerou um grande desequilíbrio nas transações em ouro e dólar nos demais países. Assim, quando os Estados Unidos passaram a reduzir seu coeficiente de importações e houve grande desvalorização cambial com relação ao dólar em geral, houve uma queda da renda interna nos países cuja economia dependia das exportações de matéria prima ao exterior.

O economista Raúl Prebisch (1949) aponta que, no início do século XX, no período precedente à Primeira Guerra Mundial, as economias dos países da América Latina eram caracterizadas pela exportação de produtos primários e importação de manufaturas para suprir a demanda interna. Dessa forma, boa parte da produção interna era voltada ao exterior, ou seja, a renda interna dependia da demanda externa, dinâmica que ficou conhecida como modelo de crescimento “para fora”.

Em outros tempos, antes da grande depressão, os países da América Latina cresceram impulsionados de fora pelo aumento persistente das exportações (...). Já não se apresenta a alternativa entre seguir crescendo vigorosamente desse modo ou crescer para dentro, mediante a industrialização. Esta passou a ser o modo principal de crescer (PREBISCH, 1949 pp. 52-53).

Tal modelo de crescimento passou a ser insustentável para os países latino americanos após uma série de acontecimentos que abalaram as relações comerciais. Com o período de depressão econômica causado pelas duas guerras mundiais e a crise de 1929, houve contração da produção e da renda e dos níveis de emprego dos países industrializados, o que os levou a adotarem medidas protecionistas e políticas monetárias e fiscais visando atenuar os efeitos da crise (PREBISCH, 1949).

Tavares (1972) aponta que o estrangulamento externo imposto pela crise de 1929 com a queda da Bolsa de Nova York e a consequente queda da

demanda mundial por matérias primas foram os principais fatores que levaram a necessidade da implantação de um novo modelo econômico em sistemas exportadores de produtos primários. Aqui, o estrangulamento externo é um termo que denota a fragilidade da capacidade de importar bens e serviços dada às restrições no volume de exportação.

Entre 1929 e 1933, houve uma queda de 25% do volume físico das exportações e de mais de 30% dos preços, levando a uma redução de aproximadamente 50% do valor das exportações mundiais totais nesse período. A deterioração dos termos de trocas afetou, principalmente, os países especializados na produção e exportação de produtos primários (FERRER, 2004).

Com o objetivo de analisar com mais profundidade as diferenças entre os países exportadores de bens industriais e detentores das maiores possibilidades de aumento da produtividade e de inovação tecnológica e países exportadores de matérias primas, Prebisch (1949) parte de uma dicotomia que colocava os países latinos como “periféricos” em contraste com as economias “centrais” dos países tidos como desenvolvidos. Segundo o autor, esses países passaram por processos históricos diferentes e, como consequência, possuem estruturas – sociais e econômicas – diferentes.

Tavares (1972) realiza a análise das distinções históricas entre países centrais e periféricos por meio da comparação do papel do setor externo nesses dois tipos de economia. Segundo a autora, as economias centrais se expandiram dado o processo de formação da Renda Nacional caracterizado pela atuação de variáveis externas (as exportações) e internas (o investimento autônomo e as inovações tecnológicas). Já a economia da América Latina é marcada pelo crescimento baseado majoritariamente na dinâmica do setor exportador. Dessa forma, nos países desenvolvidos não há uma distinção nítida do setor exportador, com a produção sendo destinada ao mercado internacional e a demanda nacional, enquanto nos países periféricos o setor externo era definido pela especialização em poucos produtos voltados à exportação.

Prebisch ([1949] 2000) observa que, entre o final do século XIX e começo do século XX, a diferença econômica entre países centrais e países periféricos foi caracterizada pelo processo de deterioração dos termos de troca. Neste

aspecto, verificou-se que a quantidade de produtos finais que podem ser adquiridos com a mesma quantidade de bens primários foi caindo gradativamente. Simultaneamente, observou-se que a renda per capita dos países industrializados subiu bastante em relação à dos países subdesenvolvidos, ou seja, os países industrializados passaram a não apenas se apropriar de seu próprio progresso técnico, mas também de parte do progresso técnico dos países subdesenvolvidos.

Nesse contexto, observa-se que os países exportadores de bens primários estavam em desvantagem quando comparados aos países exportadores de bens industrializados devido aos bens primários não agregarem valor, o que leva a uma tendência da demanda desses bens se esgotar. Já a exportação de bens industrializados tem a vantagem de aprimorar a tecnologia e, portanto, produzir crescimento permanente de empregos (PREBISCH, 1949).

A teoria neoclássica apontava que com o progresso tecnológico haveria uma diminuição nos custos de produção e, portanto, diminuição no preço das manufaturas, o que favorece os países periféricos. Entretanto, Simonsen ([1943] 1973, p. 290) aponta a problemática mais tarde definida por Prebisch como deterioração dos termos de troca, afirmando que para os países majoritariamente exportadores de matérias primas realizar tratados comerciais com nações industrializadas seria desvantajoso devido a diferença entre a demanda inelástica dos produtos primários e a demanda elástica dos produtos manufaturados.

A desigualdade observada nas relações centro-periferia tem como consequência uma redução do poder aquisitivo da poupança doméstica nos países periféricos em termos de bens de capital que são produzidos no exterior. Dessa forma, a deterioração dos termos de troca ocasiona redução da taxa de crescimento do estoque de capital. Além disso, as vantagens do aumento da produtividade acabam não chegando à periferia nas mesmas condições que nos países centrais, o que dificulta o acontecimento do catching-up – fenômeno pelo qual economias em desenvolvimento se aproximam do nível de riqueza acumulada das economias mais desenvolvidas (PREBISCH, 1949).

Em suma, Prebisch (1949) foca em dois assuntos fundamentais em relação ao desenvolvimento econômico na América Latina: 1) a desvantagem

nas trocas comerciais centro-periferia devido a deterioração dos termos de troca 2) a primordialidade da transição do modelo primário-exportador ao capitalismo urbano-industrial. Tais problemáticas iniciais apresentadas serviram como paradigma para o pensamento econômico cepalino visando desenvolver um arcabouço teórico próprio capaz de compreender a natureza do subdesenvolvimento na América Latina, sua forma de inserção no cenário internacional e na concepção das próprias estruturas internas.

Desse modo, os países latino-americanos se encontravam em um contexto em que era necessário repensar sua dinâmica econômica, buscando novas maneiras de suprir a demanda nacional. Assim, a sugestão da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) para sair da armadilha do subdesenvolvimento era a industrialização de países primário-exportadores, o que possibilita a produção de mercadorias antes importadas, iniciando o processo conhecido como Industrialização por Substituição de Importações.

Influenciados pelo pensamento cepalino, os Estados latino-americanos passaram a adotar medidas como a imposição de restrições às importações de bens de consumo não duráveis e estímulo à importação e produção de máquinas e equipamentos de bens de consumo duráveis. Esse processo provocou uma alteração qualitativa das importações de bens de consumo para bens de capital. Dessa forma, os países periféricos passaram a internalizar indústrias conformadas nas economias centrais, iniciando o processo de internalização do progresso técnico.

1.2 PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA NO BRASIL

Como apresentado anteriormente, a crise econômica mundial de 1929 impactou fortemente as economias latino-americanas, levando a difusão da teoria desenvolvimentista cepalina baseada nas ideias apresentadas por Prebisch, que influenciaram também diversos economistas na América Latina. No Brasil, o economista Celso Furtado, um dos mais renomados nomes da literatura econômica brasileira, foi responsável pela consolidação da consciência

desenvolvimentista brasileira e do avanço da abordagem da própria teoria estruturalista cepalina.

A análise histórica dos países periféricos presente nas obras de Furtado possibilitou o progresso na compreensão de questões fundamentais, como a diferença entre a estrutura econômica dos países da América Latina e de outros “países jovens” desenvolvidos como os Estados Unidos (Bielschowsky, 1989). Nesse sentido, a análise apresentada a seguir encontra em Furtado seu principal marco conceitual.

Para Furtado (1961), o desenvolvimento econômico da América Latina apresenta características distintas às das economias que lideraram o processo de formação do sistema econômico de base mundial. Desse modo, a análise do autor tem como ponto de partida a necessidade da especificação dos fenômenos do subdesenvolvimento, refutando as ideias de que este seria apenas uma fase do caminho para o desenvolvimento industrial e apresentando-o como uma experiência própria dos países periféricos.

O autor aponta que, no início do século XX, a economia latino-americana havia se integrado ao mercado internacional por meio da exportação de produtos primários. Dessa forma, após a depressão econômica que levou a uma queda de importação desses produtos, tornou-se necessária a busca pela diversificação da estrutura produtiva visando o crescimento. Neste sentido, Furtado, assim como Presbich, caracteriza a industrialização da América Latina como um caso de desenvolvimento mediante um processo de substituição dinâmica das importações.

O processo de substituição de importações consiste na busca por atender maior parte da demanda interna, que antes era suprida por meio de importações, mediante investimento na diversificação da estrutura econômica do país, por meio da adoção de uma política de altos preços. Tal processo é descrito por Furtado (1961) como uma das especificações da industrialização latino-americana.

Buscando compreender quais seriam possíveis soluções para os problemas referentes ao subdesenvolvimento e a estagnação econômica na América Latina, Furtado (1961) aprofunda a análise da relação entre o processo de formação dos países periféricos e as ideologias predominantes. Para o autor,

as teorias do liberalismo e do socialismo europeus, quando inseridas diretamente no contexto social e econômico latino-americano, apresentavam inflexibilidades e dificultavam a construção de um pensamento político próprio para a solução dos problemas específicos de nações periféricas.

Em relação a ideologia liberal europeia, Furtado (1961) enfatiza a distinção do efeito da introdução da técnica moderna nas estruturas subdesenvolvidas que praticam a industrialização substitutiva e nas nações que se industrializaram no século anterior. Sua análise descreve que, enquanto para os países centrais o avanço da técnica promove a solução de problemas sociais de natureza substantiva, proporcionando a simplificação ou transferência da ação do Estado, nos países periféricos, esta gera um efeito oposto, diminuindo a taxa de criação de empregos e aumentando a concentração de renda, levando à estagnação.

No que diz respeito ao socialismo europeu, Furtado (1961) aponta que para os países centrais, este age como instrumento de conscientização das classes assalariadas, conduzindo estas a uma maior participação no processo político e originando uma dinâmica social movida pela luta de classes. Por outro lado, quando essa ideologia é transposta diretamente nos países latino-americanos, ela se apresenta estéril devido à falta de conteúdo ideológico e consciência crítica dos movimentos de massa heterogênea na América Latina que tendem a se degenerar em movimentos populistas.

Por conseguinte, é evidente que a análise de Furtado sobre as problemáticas para o desenvolvimento periférico parte da percepção das diferenças essenciais do processo histórico latino-americano e dos países desenvolvidos. Nos países centrais, o processo histórico se deu de forma que o desenvolvimento industrial ocorreu de forma paralela a urbanização, dando origem a uma estrutura social baseada na formação de diferentes classes com interesses antagônicos e complementares. Nesse contexto, o antagonismo de classes é caracterizado pela busca da classe trabalhadora em obter salários maiores e maior distribuição de renda, o que confronta os interesses da burguesia no curto prazo de captar maior lucro. Nesse sistema, a pressão exercida a classe assalariada leva a penetração da técnica, que é responsável

pelo aumento da produtividade, que por sua vez compensa o aumento dos salários (FURTADO, 1961).

Já nos países periféricos, o processo histórico ocorre de modo que a urbanização sucedeu de forma intensa e concentrada em poucos grandes centros urbanos, sem uma modificação extrema na estrutura social. Dessa forma, a massa urbana assalariada nesses países apresenta uma estrutura pouco definida, sendo incapaz de exercer uma pressão para uma maior participação na renda social com a mesma magnitude da luta de classes observada em países centrais. Assim, a carência da prática da ação política na América Latina acarreta em um obstáculo para a superação do subdesenvolvimento, nas palavras de Furtado: "... a luta pela superação do subdesenvolvimento e pela preservação de uma personalidade nacional com autodeterminação, se integram dialeticamente na prática da ação política" (FURTADO 1961 p.17).

Isso posto, Furtado (1961) aponta dois principais obstáculos para a prática da ação política e o rompimento da inércia do subdesenvolvimento em sociedades periféricas, sendo um externo e outro interno. Em relação aos obstáculos externos, Furtado começa sua análise destacando uma especificidade dos países periféricos da América Latina em relação a outros do Terceiro Mundo como sendo a relação particular entre esses e os Estados Unidos, uma potência capitalista que se estabeleceu como influenciador da região de toda a América, gerando uma relação de dependência e interferência econômica. Em sua análise, enfatiza que os países asiáticos e africanos conquistaram sua independência por meio de lutas revolucionárias, gerando um sentimento otimista que estimula a luta para superar o subdesenvolvimento nessas nações. Já nos países latino-americanos, prevaleceu o sentimento de revolta e incerteza sobre o futuro (FURTADO 1961).

O aumento da influência dos Estados Unidos na América se deu principalmente no período após a Segunda Guerra Mundial, marcado por dois fatores fundamentais: a polarização do poder e uma divergência política entre duas superpotências. Dessa forma, Estados Unidos e União Soviética, passaram a disputar a extensão de sua esfera de influência por meio de uma combinação de métodos diplomáticos e ação militar, o que ficou conhecido como Guerra Fria.

Em 1962, devido à crise cubana, os Estados Unidos tiveram vitória em relação a definição de sua área de influência, impossibilitando que a União Soviética fornecesse garantias ilimitadas de defesa a um país que buscasse sair da hegemonia norte-americana. Nesse contexto, com o aumento da tensão de uma possível guerra nuclear, a União Soviética passou a reconhecer o direito norte-americano de limitar a soberania de qualquer país de sua esfera de influência (1961).

À vista disso, os Estados Unidos expandiram sua ideologia e intervenção externa nos países latino-americanos, que faziam parte dessa esfera de influência. Nesse contexto, segundo Arnold Wolfers (1959), mesmo que os Estados Unidos buscassem ajudar os países periféricos a modernizar-se e superarem o subdesenvolvimento, o próprio desenvolvimento, quando orientado de fora, gera instabilidade social. Assim, esse processo se concretizou de forma que os interesse norte-americanos de manter esses países fora da esfera comunista se sobressaiu, colocando o desenvolvimento da América Latina apenas como um meio para atingir esse fim. Dessa forma, os próprios esforços externos para o desenvolvimento latino-americano criaram tensões e instabilidades devido a súbita imposição do modelo norte-americano sem levar em consideração a realidade desses países, tornando a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina um obstáculo externo para o desenvolvimento (FURTADO, 1961).

Em relação aos fatores estruturais internos que impedem o desenvolvimento, Furtado enfatiza a interdependência entre o crescimento econômico e a elevação do nível de preços; e a notória redução da taxa de crescimento da renda real por habitante nos países com maior diversificação econômica. Diante disso, o autor analisa as causas dessas duas problemáticas visando encontrar possíveis soluções para a estagnação na América Latina (1961).

No que diz respeito ao aumento persistente do nível dos preços, primeiramente, é imprescindível ressaltar que essa variável é, muitas vezes, definida com base em conceitos derivados de princípios gerais. Entretanto, como foi apontado por Presbich e Furtado, a compreensão de variáveis e do

comportamento econômico na América Latina requer um estudo específico de sua realidade social, que apresenta diversas singularidades (1961).

A organização social latino-americana é marcada pelo processo histórico da colonização hispânica, fator responsável pela instalação de uma estrutura administrativa baseada na relação entre Colônia e MetrÓpole e controlada pelos proprietários de terras leais a Coroa. Todavia, um outro grupo, composto por comerciantes que enriqueceram por meio de atividades lucrativas fora do controle dos senhores de terra, passou a deter de poder político. Assim, a ascensão dessa organização política, caracterizada pela influência dos princípios do liberalismo econômico que ganhou destaque na Europa do século XVIII, proporcionou uma rápida integração da América Latina no comércio internacional (1961).

Nas nações latino-americanas, a incorporação no mercado mundial condicionou a prevalência de uma organização econômica-social, surgida à margem da estrutura tradicional. No período colonial, formou-se na América Latina uma economia agrícola pré-capitalista que visava produzir excedentes destinados às exportações ou aos núcleos urbanos. Tal economia era organizada de modo que todas as terras que poderiam produzir excedente econômico eram automaticamente transformadas em propriedade privada de uma pequena minoria, e todos que trabalhavam nessas terras deveriam pagar tributos ao proprietário.

Nesse sentido, a organização da América Latina é marcada pelo conjunto desse setor pré-capitalista de caráter semifeudal e de um setor industrial que internaliza uma tecnologia assinalada por um coeficiente de capital rapidamente crescente. Como consequência, há o surgimento de um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência e a aumentar a concentração de renda (FURTADO, 1961).

Por fim, temos que o processo histórico do desenvolvimento latino-americano ocorreu de forma diferente dos “modelos clássicos”, fazendo com que a utilização de conceitos econômicos generalizados para interpretar os problemas da estagnação na América Latina se torne, também, um obstáculo (1961).

Sintetizando, o aprimoramento da tese desenvolvimentista latino-americana no Brasil, segundo Furtado se deu por meio da análise da realidade do processo de industrialização da América Latina, marcada pelo processo histórico de formação desses países, que em um primeiro momento foram impostos ao sistema social e econômico europeu e, mesmo após a Revolução Industrial e a transformação de parte desse modelo herdado da era colonial, foram limitados a condição de periferia das economias desenvolvidas, sem capacidade para autogerar crescimento (1961).

Diante desse cenário, a industrialização por substituição de importações surge como uma alternativa para modificar a estrutura produtiva desses países. Entretanto, a assimilação de tecnologia poupadora de mão de obra por países subdesenvolvidos durante esse processo gerou progressiva concentração de renda. Portanto, para Furtado, o processo de substituição de importações tende a se esgotar em um determinado ponto em que perde o impulso e provoca a estagnação na América Latina (1961).

1.3 Perspectiva histórico-estruturalista na Argentina

Como visto anteriormente nesse capítulo, em 1948, o economista argentino Raúl Prebisch elaborou sua tese sobre o comportamento dos termos de troca entre as exportações primárias da periferia e as manufaturas dos centros. Para ele, nos países industrializados, o aumento da produtividade gerado pelo progresso técnico foi retido pelos fatores de produção por meio do aumento dos salários reais e dos lucros. Na periferia, por outro lado, foi repassado aos compradores por meio da redução dos preços relativos das exportações (FERRER, 1990).

Como nos países periféricos não era possível aumentar o nível de emprego na mesma proporção do nível dos salários reais, tornou-se evidente que os benefícios do progresso técnico não eram distribuídos igualmente, acentuando a relação desigual entre centro e periferia. Ao mesmo tempo, a imposição do padrão-ouro impedia que os países latino-americanos respondessem as variações econômicas das economias centrais (FERRER, 1990).

Aprofundando o estudo da tese da deterioração dos termos de troca proposta por Prebisch, o economista argentino Aldo Ferrer (1998) enfatiza os efeitos das mudanças causadas pela penetração da técnica na economia mundial. Segundo o autor, quanto mais o progresso técnico transforma a estrutura de produção, mais as relações de cada país com seu entorno exerceram uma influência crescente em seu desenvolvimento. Dessa forma, a trajetória de desenvolvimento dos países, seus problemas atuais e perspectivas futuras são, em grande parte, resultado da resolução do contraponto realidade interna-contexto mundial.

Assim como Furtado, Ferrer fundamenta sua análise sobre as questões econômicas da América Latina no contexto histórico, social e político do desenvolvimento desses países, ressaltando aspectos característicos do nascimento das sociedades latino-americanas, como a escravidão, a concentração da riqueza e a fragmentação social. Para Ferrer, uma peculiaridade da formação econômica dos países latino-americanos e do Caribe foi a completa desarticulação ou destruição do sistema social preexistente e construção de novas civilizações pelos colonizadores. Esse fenômeno foi marcado pelo intenso regime escravista, responsável por configurar a gama étnica da América Latina por meio da mistura de raças e por acentuar a ruptura entre os conquistadores e seus descendentes (FERRER, 2004).

Por consequência, nos séculos XVI a XVIII, o fenômeno da globalização e seus impactos foram mais profundos na região latino-americana e no Caribe, que ainda sob regime colonial, foram inseridas no mercado internacional para suprir os interesses da Metrópole, sem uma formação de interesses locais. Apenas na segunda metade do século XIX, décadas após sua independência, que a América Latina passou por um processo de expansão do comércio exterior, desenvolvendo-se por meio do modelo primário-exportador até a depressão de 1929 (FERRER, 2004).

As tendências econômicas na América Latina desde a crise de 1929 já apontavam para o início da industrialização por substituição de importações com o protagonismo estatal. Após a difusão das ideias de Prebisch no final da década de 1940, tais tendências foram acentuadas nessa região, levando a um período marcado por políticas públicas intervencionistas. Na Argentina, durante a

Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, no marco da experiência peronista, uma série de medidas tendem a conformar uma política orgânica de industrialização, que acompanhou a expansão do mercado interno e a maior intervenção do setor público nas questões industriais (FERRER, 2004).

De acordo com Díaz-Alejandro (1980), antes de 1930, as políticas econômicas na Argentina eram elaboradas de acordo com os interesses da elite agrária. O lucro desse grupo predominante provinha majoritariamente da exportação de bens agrários, o que contrastava com as políticas protecionistas sugeridas por aqueles que propunham a industrialização por meio da substituição de importações, visto que estas poderiam prejudicar as indústrias estrangeiras importadoras destes bens. Desse modo, a pressão exercida pelos interesses rurais culminou em um surgimento ainda mais lento da indústria dinâmica na Argentina (FERRER, 2004).

Além disso, é necessário destacar que a consolidação do Estado-nacional na Argentina ocorreu sob a influência da perspectiva liberal de intelectuais da *Nueva Geracion*. A interpretação de Alberdi e Samerdi sobre a emancipação argentina partia da proposta de que essa só seria possível por meio do desenvolvimento econômico do país, que deveria ter como base não só a ideologia, mas a própria população europeia. Para tanto, iniciou-se um processo de imigração em massa no país no século XIX, fazendo com que, dentre todos os países latino-americanos, a Argentina foi o que mais recebeu estrangeiros durante a segunda metade do século XIX (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1950:139-140).

A marginalização da população argentina, em contraste com a forte presença de imigrantes na estratégia de crescimento econômico, dificultou o surgimento de uma consciência de classe e do sujeito político. Cornblit (1967) ressalta que, durante esse período, as leis imigratórias na Argentina eram utilizadas como mecanismo para definir o papel na sociedade dos imigrantes como meros trabalhadores enquanto delimitavam ainda mais o papel político das grandes massas crioulas ou nativas. Tal hipótese é sustentada pelas ideias apresentadas mais tarde por Furtado sobre a problemática para a formação da classe trabalhadora na América Latina, que representa um obstáculo para o processo de industrialização. Na Argentina, em específico, tal fator levou a maior

predominância dos interesses da elite agrária que contrapunham aos interesses de um partido industrial formado por trabalhadores imigrantes sem grande inserção política.

Isto posto, diante da pressão intensiva da elite agrária em oposição ao processo de industrialização por substituição de importações, em um primeiro momento, o governo argentino relutou a adotar políticas que promovessem a industrialização. Desse modo, o desenvolvimento da tese estruturalista na Argentina se deu por meio de uma maior ênfase no papel do Estado para a formação de uma indústria dinâmica (FERRER, 2004).

As causas dos desequilíbrios no setor externo após a Crise de 1929 eram tanto a tendência decrescente da demanda por produtos primários pelos países centrais e da deterioração dos termos de troca, como o aumento da demanda por importações nos países periféricos. Como, nesse período, as economias latino-americanas tinham toda sua estrutura baseada nas exportações, tanto seu nível de emprego como a atividade econômica e a renda dependiam desse fator.

Desse modo, a tendência contracionista das exportações de produtos primários na década de 1930 levaria a um lento crescimento, ou até mesmo estagnação ou retrocesso do sistema econômico na América Latina caso não fossem adotadas políticas compensatórias. Assim, Ferrer (1963) aponta que a solução para romper o círculo vicioso baixa renda - baixa demanda - baixa produção é por meio da promoção de um “desenvolvimento equilibrado”, em que a produtividade e a renda real aumentem em todas as atividades ao mesmo tempo, criando mercados que permitam a absorção de aumentos de produção.

Ferrer classifica a economia argentina da década de 1930 como “economia industrial não integrada”, apontando os desafios das restrições econômicas causadas pela falta de uma indústria de base. Na perspectiva do autor, as indústrias dinâmicas desempenharam um papel fundamental no processo de desenvolvimento como motor do progresso técnico da capitalização e do aumento da produtividade em todo o sistema econômico, sendo estas as fabricantes de produtos de maior demanda do mercado mundial.

Por conseguinte, percebe-se que o estrangulamento externo do crescimento econômico era o resultado da relação entre o setor industrial e o setor externo, que caracterizava a industrialização por substituição de

importações. Dessa forma, para Ferrer, para que um país desenvolva sua economia, é necessária uma profunda mudança estrutural visando a fomentação das indústrias dinâmicas. Ademais, o autor ressalta o papel fundamental do Estado na promoção destas, uma vez que, em geral, os países periféricos apresentam baixo nível tecnológico e dificuldade em obter financiamento de investidores para realizar grandes projetos (FERRER, 1963).

As políticas que o Estado deveria adotar para solucionar essa problemática incluem créditos especiais, subscrição de parte do capital inicial, outorga de garantias, proteção aduaneira, incentivos fiscais, etc. Ademais, caso todos esses estímulos fossem insuficientes, para o autor, o Estado deveria cumprir o papel de preencher esse vazio deixado pela iniciativa privada por meio do desenvolvimento de projetos específicos para o desenvolvimento industrial.

Apesar de reconhecer a importância das políticas intervencionistas para a promoção do desenvolvimento na América Latina, Ferrer (1963) aponta que estas são responsáveis por gerar desajustes entre a demanda de importação e a capacidade de importar. O autor sugere que estes desajustes devem ser solucionados pela contração das importações até o nível permitido. Desse modo, a contração pode ocorrer de diversas maneiras, como por exemplo, por meio da depreciação da moeda; controle cambial; fixação de quotas de importação; ou até mesmo proibição de algumas importações.

Por conseguinte, a contração das importações acompanhada da manutenção do nível de renda leva a um preço maior dos artigos importados. Como os salários e o preço de alguns materiais usados na produção desses bens não crescem na mesma proporção de seu preço, há uma margem de lucro maior, incentivando a produção interna de produtos que previamente eram importados, ocorrendo, assim, a substituição de importações. Ferrer classifica esse processo como dinâmico, pois com a ampliação da renda e do progresso técnico e, conseqüentemente, da demanda nacional em um cenário de contração de importações, haverá incentivo constante para a ampliação da indústria nacional.

No entanto, existem tendências implícitas no processo de industrialização e desenvolvimento técnico, como as mudanças na estrutura da produção; o caráter internacional de difusão da técnica; e a relação entre a especialização da

produção industrial de um país na economia internacional, as economias de escala e o desenvolvimento tecnológico, que levam a um aumento das importações. Portanto, apesar do processo de substituição de importações ser imprescindível para a adequação da produção interna em relação a demanda e para a incorporação da técnica, este é limitado pelo fato de que a redução das importações, quando atingem certo nível, prejudicam o crescimento da economia (FERRER, 1963).

Desse modo, assim como Furtado, Ferrer analisa o processo de esgotamento da industrialização por substituição de importações e suas causas. Para ele, o esgotamento desse modelo era uma consequência do surgimento de problemas circunstanciais de desequilíbrio e endividamento externo, que eram, entretanto, corrigíveis com políticas transitórias de ajuste. No entanto, para que houvesse crescimento da economia e do emprego na Argentina a longo prazo, seria necessária a instalação de uma indústria dinâmica com capacidade de importação.

2. DESENVOLVIMENTO DAS IDEIAS ESTRUTURALISTAS

2.1 Evolução da teoria estruturalista no Brasil

A evolução da tese estruturalista cepalina no Brasil se deu, principalmente, por meio do desenvolvimento da argumentação histórica. Segundo Bielschowsky (2000), tal argumentação, que teve sua origem nas obras de Furtado, foi responsável por inovar a tese desenvolvimentista latino-americana, que até então era permeada por pontos de vulnerabilidade em sua abordagem e carência demonstrativa. Nesse contexto, ao descrever a formação econômica dos países da América Latina acentuando sua divergência histórica em relação a formação dos países centrais, Furtado legitima a abordagem cepalina apresentada por Presbisch, apresentando argumentos que ressaltam a necessidade do surgimento de um procedimento metodológico que acentue a análise das condições específicas da situação latino-americana.

Furtado inicia sua análise incorporando as ideias inicialmente apresentadas por Presbisch em relação a inserção mundial da economia latino-americana no século XIX e sua transformação em periferia econômica europeia.

Nesse período, ao mesmo tempo que os países europeus apresentavam crescimento econômico como consequência da Revolução Industrial; da adoção dos princípios liberais-internacionalizantes; e da expansão da competição interestatal, a periferia passa a ocupar um novo espaço dentro do sistema. Apesar de já dispor de um Estado independente, a economia periférica não foi incentivada pelos fatores que levaram a expansão da economia europeia, tendo um posicionamento inerte perante a adoção de medidas protecionistas na Europa nesse período. (FIORI, 2000).

Segundo Juarez Guimarães (2000), a análise histórica de Celso Furtado, apesar de percorrer sobre diversas temáticas e abordagens, apresenta um projeto central de superação do subdesenvolvimento e do quadro histórico de exclusão social. Na visão de Maria Regina Nabuco (2000), o programa idealizado por Furtado tem como principal objetivo a promoção do acesso aos frutos do desenvolvimento econômico, social e cultural de forma equalitária pela sociedade por meio de uma agenda de políticas estatais. Desse modo, para compreender a proposta de Furtado, é imprescindível observar, primeiramente, a definição do papel do Estado em suas obras como instrumento de promoção do desenvolvimento e ressaltar suas peculiaridades em relação ao seu papel em economias centrais.

Na primeira parte de sua obra *Formação Econômica do Brasil*, Furtado ressalta as características da economia dependente ou economia colonial, marcada pela ausência de mercado interno, de base técnica e empresarial e de uma classe de dirigentes dinâmica. Nesse contexto, o autor aponta que a economia do trabalho escravo, predominante no Brasil por mais de 300 anos, era responsável por uma formação praticamente nula da renda monetária interna. Isso se deu devido à alta concentração de renda da exportação, que logo era revertida inteiramente para o exterior por meio de importações ou por empresários estrangeiros que controlavam parte da produção interna (BIELSCHOWSKY, 2000).

Além disso, Furtado aponta que a economia escravista tinha uma reação distinta a das economias de trabalho assalariado diante de crises, pois mesmo perante uma situação de redução da demanda externa, como os custos eram praticamente fixos, não compensava aos proprietários diminuir bruscamente

sua produção. Desse modo, a redução da capacidade produtiva ocorria lentamente, permitindo que a economia escravista resistisse e se recuperasse diante de crises devastadoras, como por exemplo a crise do açúcar no século XVII, tendo condições de manter sua estrutura (BIELSCHOWSKY, 2000).

Com a abolição da escravidão no Brasil no século XIX e o deslocamento da produção do Nordeste para São Paulo, houve ampliação da economia de subsistência, pois a força de trabalho recém-liberada se voltava a esta, e a formação de um exército de mão de obra subempregada. Esses elementos, na visão de Furtado, foram responsáveis pelo atraso da economia brasileira em relação a economia norte-americana, debilitando sua integração no mercado externo naquele período e a formação de um mercado interno, resultando na construção de uma estrutura econômica subdesenvolvida (BIELSCHOWSKY, 2000).

Na segunda parte de sua obra, Furtado descreve, por meio de um enfoque “keynesiano-estruturalista”, a dinâmica da economia brasileira em sistema de trabalho assalariado. O autor aponta que, no início do século XX, a estrutura econômica se encontrava em altos níveis de produção de café com uma tendência de crescimento devido à constante expansão das plantações até aquele momento. Desse modo, a crise econômica mundial de 1929 e a consequente depreciação da moeda nacional, ao gerarem uma queda do preço internacional sobre os empresários brasileiros, levava estes a manter a pressão sobre o mercado e a colheita de café, gerando uma crise de superprodução com queda de preços no mercado internacional. Desta forma, Furtado observa que, nesse período, além da crise externa de 1929, o Brasil lidava com uma crise interna da estrutura cafeeira.

Nesse contexto, Furtado aponta que, para o Estado, a solução para esse desequilíbrio que não contasse com grandes prejuízos para o setor cafeeiro, consistia em impedir que os estoques invendáveis pressionassem sobre os mercados, diminuindo ainda mais os preços internacionais. Assim, o autor expressa que ao utilizar do mecanismo de expansão de crédito, gerava-se uma socialização dos prejuízos e ampliação do desequilíbrio externo, tendo como consequência uma agravamento da depreciação da moeda nacional, o que beneficiava o setor exportador. Desse modo, com o objetivo de evitar a

persistência da baixa de preços, o Estado determinou que parte do café colhido deveria ser retirado do mercado visando o equilíbrio entre a oferta e a procura em nível mais elevado de preços.

Em relação ao mecanismo de socialização do prejuízo utilizado para proteger o setor cafeeiro, Furtado observa que o mesmo não ocorria nas economias centrais, que durante período de crise apresentavam contração das inversões e, conseqüentemente, da renda e das importações. Já nas economias dependentes, como a brasileira, não há diminuição da concentração de renda na fase baixa cíclica, pois os empresários utilizam a depreciação cambial para transferir a pressão da queda cíclica sobre os lucros. Essa estratégia, além de manter os altos níveis de concentração de renda no Brasil, permitiu a manutenção da estrutura econômica vigente diante de crises.

Desse modo, ao adotar políticas para garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, o Estado estava, na realidade, mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Assim, ao evitar uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia eram proporcionalmente reduzidos.

Como consequência, ao permitir que recolhessem quantidades crescentes de café, o Estado estava atuando de modo que evitava a contração da renda monetária na mesma proporção que o preço unitário que o agricultor recebia por seu produto da depressão, quando os preços pagos ao produtor de café foram reduzidos à metade, permitindo, entretanto, que crescesse a quantidade produzida. Segundo Furtado, a redução da renda monetária, no Brasil, entre 1929 e o ponto mais baixo da crise, se situa entre 25 e 30 por cento, sendo, portanto, relativamente pequena quando comparada com a de outros países.

Furtado (FEB) aponta que o valor do produto que se destruía no Brasil era muito inferior ao montante da renda que se criava. Dessa forma, a acumulação de estoques de café realizada antes da crise tinha a sua contrapartida em débito contraído no exterior. Segundo o autor, a tendência do desequilíbrio das contas externas em países que passavam pelo processo de

industrialização já era apontada nos estudos cepalinos, porém, a análise dessa problemática não deveria se limitar as formulações preexistentes sobre desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, pois demandava um estudo aprofundado desse fenômeno em países que estavam em sua primeira fase de desenvolvimento.

Para Furtado, a correção desse desequilíbrio se dava à custa da diminuição do poder aquisitivo externo da moeda, que refletia numa elevação dos preços dos artigos importados, levando a compressão do coeficiente de importações. Isto posto, nas palavras de Furtado: “o aspecto básico do problema (...) [é] que a oferta não pode aumentar e alterar sua composição automaticamente com a expansão e de acordo com a mudança de composição da demanda”. E completa:

“Visto que as exportações (consideradas como um constante em relação ao comércio exterior) não aumentam *pari passu* com a demanda de importações, o processo de crescimento criará desequilíbrios que assumem a forma de uma produção interior excessiva e de um balanço de pagamentos desfavorável” (FURTADO, 1952, p. 339-340)

Ao comparar a evolução do poder aquisitivo externo e interno da moeda brasileira, nos anos que se seguiram à crise, Furtado observa que entre 1929 e 1931 o poder de compra de um cruzeiro caiu no exterior cerca de 50 por cento mais do que dentro do país, o que refletia, de certa maneira, os esforços do Estado para corrigir o desequilíbrio externo.

Em conclusão, Furtado aponta que a estratégia adotada pela administração brasileira que visava fomentar os interesses do setor cafeeiro por meio do incentivo da procura interna com maior firmeza que a externa foi responsável pelo surgimento de um novo cenário na economia brasileira. Aqui, o fator inovador observado é a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. Por conseguinte, para Furtado, o fator dinâmico principal no Brasil, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno.

Entretanto, os custos de manutenção dessa estratégia eram altos, chegando a estabelecer um regime de destruição de um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade e capacidade produtiva. Aqui, nota-se que o setor ligado ao mercado interno já não podia aumentar sua capacidade sem recorrer à importação de equipamentos, e que estes se tinham feito mais caros

com a depreciação do valor externo da moeda. Contudo, o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção era o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país.

Desse modo, é evidente que a expansão da produção para o mercado interno e o aumento dos preços de artigos importados criaram condições propícias à instalação de uma indústria de bens de capital no Brasil. Entretanto, Furtado aponta que a decisão de continuar financiando a acumulação de estoques sem recursos externos teve uma forte repercussão sobre a balança de pagamentos, gerando graves consequências. Nas palavras de Furtado:

Essas modificações bruscas na estrutura econômica foram responsáveis por gerar persistentes desequilíbrios. Durante todo o decênio dos anos vinte, a relação entre o produto territorial e o valor das importações não se alterou de forma significativa na economia brasileira. Ora, conforme já foi apontado, ao manter-se a renda monetária em nível relativamente elevado enquanto baixava bruscamente a capacidade para importar, foi necessário que subissem fortemente os preços relativos dos artigos importados para que se estabelecesse o equilíbrio entre a procura e oferta de cambiais para pagar as importações.

(FURTADO, 1959, pag 198)

Por conseguinte, Furtado aponta que foi estabelecido um novo nível de preços relativos para os artigos de produção interna e os artigos importados, levando a uma situação de concorrência entre o setor externo e interno, que era inexistente na economia primário-exportadora. Com o início da concorrência entre os dois setores, as modificações na taxa cambial passaram a ter maior impacto na economia, o que passou a dificultar a utilização da taxa de câmbio como mecanismo de ajuste visando a defesa da velha estrutura econômica com raízes na era colonial. Por conseguinte, cria-se um novo desafio na economia de corrigir os desequilíbrios no Balanço de Pagamentos sem comprometer o novo cenário de competitividade do setor interno.

Em suma, é imprescindível ressaltar que o Brasil, antes da crise de 1930, se beneficiava de uma situação de quase monopólio do comércio de café no mercado internacional, o que possibilitou que diante da crise o país tivesse a alternativa de voltar-se à produção industrial substitutiva de importações para atender o mercado interno. Na análise de Furtado sobre esse primeiro momento da industrialização por substituição de importações no Brasil, é possível observar o impacto da atitude intervencionista do Estado na transformação da economia brasileira. Portanto, apesar dos desequilíbrios de

mercado gerados pela adoção de políticas de defesa do setor cafeeiro durante a depressão econômica, para o autor, estas se concretizaram, na verdade, como um programa de fomento da renda nacional.

Desse modo, Furtado aponta que a intervenção estatal na década de 1930, mesmo que tivesse objetivos voltados aos interesses de uma elite econômica, teve como resultado a prática de uma política anticíclica que possibilitou o processo de substituição de importações no Brasil. Nas palavras de Maria Regina:

Há, nessa análise de Furtado, um aspecto que deve ser ressaltado, do ponto de vista de sua concepção de Estado. O Estado deve apoiar políticas de manutenção/ampliação da renda no setor capitalista dinâmico, por suas inter-relações produtivas com os demais setores da economia. Desse modo, é evidente que na concepção do autor o subdesenvolvimento, que é uma característica da formação histórica específica de países periféricos que passaram pelo colonialismo, deve ser superado por meio de reformas básicas promovidas pelo Estado.

(NABUCO, 2000, p 62)

Por conseguinte, é possível perceber que, apesar da semelhança entre as análises de Prebisch e de Furtado em relação ao seu ponto de partida, que é a relação centro-periferia, o desenvolvimento de ambas procedeu de maneira diferente. Segundo Tavares (2000), a tese sobre o subdesenvolvimento latino-americano feita por Furtado é mais completa do que a proposta inicial apresentada por Prebisch, pois engloba o estudo da estrutura subdesenvolvida e sua dinâmica de articulação interna e externa. Nesse sentido, para compreender as propostas de Furtado, é necessário apontar, primeiramente, a articulação preexistente da demanda na periferia, que é marcada pela indução externa até mesmo no período inicial do PSI, fomentando a penetração desigual da técnica.

2.2 EVOLUÇÃO DA ANÁLISE HISTÓRICA-ESTRUTURALISTA NA ARGENTINA

Na Argentina, a metodologia da análise histórica-estruturalista também evoluiu a partir da metade do século XX, sendo influenciada, principalmente, por seu precursor Celso Furtado e sua obra *Formação Econômica do Brasil*. Isto posto, neste capítulo, iremos focar em um dos principais marcos literários

histórico-estruturalistas da Argentina, a obra *A Economia Argentina* de Aldo Ferrer. Tal obra apresenta a formação econômica da Argentina por meio da análise das etapas históricas que, segundo o autor, são bem delimitadas na economia argentina.

O principal objetivo de Ferrer em sua obra é apresentar uma análise aprofundada das causas da formação de uma estrutura econômica periférica na Argentina no século XX. Para isso, o autor inicia seu estudo explorando o que ele delimita como a primeira etapa da economia argentina, que compreende o período entre o século XVI e o século XVIII, definindo-a como “*etapa das economias regionais de subsistência*”. Esta tem como principal característica a organização de sua estrutura em diversos complexos econômicos-sociais com a produção voltada para o consumo interno e nível de produtividade baixa.

A segunda etapa, que compreende desde o final do século XVIII até 1860, é marcada pelo surgimento da atividade pecuária na Argentina com certo nível de integração no mercado internacional. Ademais, é durante esse período que a Argentina passa pelo processo de liberalização do regime comercial espanhol e, mais tarde, pela independência, o que contribuiu para o início de sua integração. Já o terceiro período, definido pelo autor como “*economia primário-exportadora*”, marca a maior integração e expansão da Argentina no mercado mundial por meio da especialização na exportação de produtos primários, tendo seu fim com a crise 1929, que foi responsável pelo colapso dessa estrutura econômica na América Latina.

Na quarta etapa, definida como “*industrialização não concluída*”, Ferrer analisa o processo de industrialização por substituição de importações na Argentina, que apesar de contribuir para a diversificação econômica do país, não foi capaz de formar uma indústria dinâmica. Já a última etapa é caracterizada pela queda da teoria estruturalista e a ascensão da influência do paradigma neoliberal na América Latina.

Antes mesmo de introduzir sua análise sobre a economia de subsistência na Argentina, Ferrer explora a expansão comercial europeia e a Primeira Ordem Mundial. Segundo o autor, o primeiro sistema global de âmbito planetário surgiu como consequência do deslocamento do centro comercial do Mediterrâneo oriental para o oceano Atlântico após a interrupção das rotas comerciais

tradicionais com a expansão turca na segunda metade do século XV. Desse modo, o descobrimento e colonização da América ocorreu em um cenário de mudanças transcendentais na Europa com a decolagem do progresso técnico e, conseqüentemente, da produtividade. O resultado dessa combinação de fatores foi o surgimento de uma nova relação entre colônia e colonizador, pois devido a esse processo de globalização, o progresso de cada nação passaria a ser determinado também por seu vínculo com o contexto externo.

Além de todas as mudanças procedentes da globalização e do avanço da técnica na Europa, Ferrer ressalta que a colonização na América ocorreu de modo que os europeus se depararam com civilizações indígenas suscetíveis de submissão por meio da força e com um enorme território repleto de recursos naturais. Assim, para gerenciar essa nova "empresa" colonial, as potências adotaram uma nova organização, deslocando capital e mão-de-obra para suas colônias. Diante desse cenário que se desenvolveu a dinâmica da economia colonial, marcada pela economia de subsistência por um lado, e pela exploração e exportação de produtos primários de outro.

O setor exportador da economia colonial era o único que apresentava capacidade acumulação e era gerido por um grupo seleto de proprietários de unidades de grande escala, sobre a base do trabalho servil. Dessa forma, a estrutura da atividade exportadora acarretava em uma situação de grande concentração da riqueza, o que, juntamente com o caráter monoprodutor desse setor, impedia maior diversificação das exportações. No caso da concentração da riqueza, esta agia de modo que, como a elite que se beneficiava desse sistema de produção apresentava demanda maior por produtos manufaturados importados, criava-se um obstáculo à diversificação da oferta interna.

Na segunda metade do século XVIII, com a abertura dos portos do Rio da Prata; o aumento da atividade pecuária no Litoral; e a maior autonomia devido ao processo de independência o volume das exportações aumentou na Argentina. Com isso, foi possível observar uma evolução da estrutura produtiva e o deslocamento da produção do interior para o Litoral com maior integração no mercado internacional, inaugurando o período de transição para o modelo primário-exportador.

A etapa de transição, apesar de apresentar um avanço na estrutura produtiva e no volume de exportações, manifestava grandes obstáculos para a formação de uma economia diversificada e complexa na Argentina. Nesse contexto, o principal fator limitante apontado por Ferrer é o acesso e predomínio do capital estrangeiro em segmentos imprescindíveis da cadeia de agregação de valor na economia primária. Essa etapa foi marcada pela apropriação territorial, ou seja, pela expulsão dos nativos de suas terras, negando o acesso à propriedade aos trabalhadores rurais em prol de maior concentração de caráter elitista. Assim, é possível observar nesse período uma transição para uma etapa do desenvolvimento econômico com crescimento quantitativo do setor exportador, porém sem grandes modificações na composição das exportações.

Para Ferrer, o estabelecimento da etapa da economia primário-exportadora foi determinado tanto por fatores internos, como a maior integração econômica no período anterior; como por fatores externos, como a revolução tecnológica na Europa no final do século XVIII. O autor aponta que, mesmo diante do crescimento comercial com as atividades agropecuárias, a expansão da economia argentina era limitada por fatores técnicos em relação a comunicação e navegação. Desse modo, foi apenas com a introdução do progresso técnico que se tornou possível solucionar esses obstáculos organizacionais e aumentar a produtividade permitindo a expansão econômica, o que por sua vez culminava em um aumento da renda e, conseqüentemente, em um aumento da demanda efetiva. Além disso, o aumento da renda também proporcionou o aumento do investimento, o que possibilitava uma expansão ainda maior do sistema.

De acordo com as estimativas da CEPAL, de 1900 a 1930, o produto bruto da economia primário-exportadora cresceu em torno de quase 5% ao ano. Entretanto, segundo Ferrer, se considerarmos a taxa de crescimento populacional cumulativa de 3,2% ao ano nesse período e compararmos a taxa anual de crescimento do capital fixo, que foi de 4,3% com a p^o homem ocupado de 1,5%, é evidente que o desenvolvimento não ocorreu de maneira uniforme. Além disso, o autor aponta que, mesmo nessa etapa de crescimento econômico, ainda havia uma diferença substancial entre a composição diversificada da demanda interna e a estrutura produtiva. Ou seja, a diversificação da demanda

afetava apenas parcialmente a oferta nacional, fator que aponta a ausência de políticas de fomentação de setores da atividade manufatureira e a inexistência de uma indústria de base na Argentina.

Essa etapa de intenso fluxo internacional de capital e crescimento econômico foi interrompido com a eclosão da Primeira Guerra Mundial na primeira metade do século XX, que originou uma crise na economia das potências diretamente envolvidas, acarretando na liquidação de parte do investimento externo desses países europeus e na emergência dos Estados Unidos como principal credor. Desde a segunda metade do século XIX, parte da estrutura das economias periféricas dependia do investimento externo, segundo estimativas da CEPAL, 50% do capital fixo na Argentina em 1913 era capital estrangeiro. Além disso, como já havia sido observado por Ferrer, desde a fase transitória, era o capital externo que predominava no setor exportador argentino.

Por conseguinte, é notável que umas das consequências da Primeira Guerra Mundial foi a queda do investimento estrangeiro nos países periféricos e a redução das taxas de crescimento econômico destes. Isso se deu pois, como foi apontado, a inserção da periferia na economia mundial ocorreu de modo que esta dependia das economias centrais, desenvolvendo um sistema marcado pela alta concentração de renda e pela vulnerabilidade de seus mecanismos de ajuste.

Segundo Ferrer, foi um conjunto de mudanças externas e internas durante a primeira metade do século XX que acarretaram no declínio do modelo primário-exportador na Argentina. Dentre as mudanças internas, a principal observada pelo autor foi em relação a ocupação total das terras dentro do limite dos pampas em 1920, pois até então o crescimento da atividade pecuária dependia da expansão territorial. No plano internacional, a perda do dinamismo da demanda de produtos agropecuários devido a contração econômica de seus principais importadores tornou imprescindível que Argentina diversificasse sua produção, incluindo valor agregado e manufaturas às exportações.

Diante dessas circunstâncias, houve a transferência de papel de promotor de desenvolvimento do mercado externo para o mercado interno nas economias periféricas, inaugurando o processo de substituição de importações. Para isso, Ferrer aponta que o primeiro recurso a ser utilizado seria a restrição de

importações, que teria como consequência o aumento do emprego e da produção. Entretanto, uma vez que esse recurso se esgotasse, seria preciso adotar uma série de medidas complexas visando a formação de uma indústria dinâmica nesses países.

No caso da restrição de importações, Ferrer analisa que caso sejam mantidos os níveis internos de renda, haverá aumento do preço dos produtos importados no mercado interno. Como o aumento dos salários e dos preços de insumos nem sempre acompanham esse crescimento, produz-se uma ampliação da margem de lucro que incentiva a produção interna e atrai investimento. Todavia, com a expansão da renda e do progresso técnico há uma modificação na composição da demanda, que passa a não ser suprida pela oferta nacional. Por consequência, nota-se que o processo de substituição de importações idealizado por Ferrer é dinâmico e deve compreender as mudanças na demanda que são consequência do próprio desenvolvimento econômico.

Dentre os limites do mecanismo de restrição das importações, Ferrer ressalta a diminuição do coeficiente de importações devido a mudança da estrutura econômica com as novas tendências da globalização, em que a indústria dinâmica passa a ter um peso maior que a indústria tradicional. Além do mais, o autor cita o custo elevado da incorporação de novos insumos e tecnologias e a especialização da produção em economias centrais, necessária para maior grau de abertura e expansão econômica.

Ainda em relação ao início do processo de industrialização por substituição de importações, Ferrer menciona que este é definido, em países como a Argentina, pelo investimento nas indústrias tradicionais, pois estas demandam menor investimento e complexidade tecnológica. Desse modo, uma vez que os produtos dessas indústrias são devidamente substituídos, as indústrias dinâmicas passam a ser o foco do PSI. No caso das indústrias dinâmicas, estas tendem a se desenvolver em grandes empresas que necessitam de políticas econômicas que incentivem sua produção para que estas sejam competitivas. Ou seja, o desenvolvimento das indústrias dinâmicas requer adoção de medidas eficazes do setor público.

Isto posto, é evidente que o papel Estado é essencial para o processo de industrialização das economias periféricas. Para Ferrer, desde 1930 os Estados

nessas nações já passavam por diversas mudanças em prol de se adequar a nova etapa do desenvolvimento econômico. Desde a etapa anterior, que consiste na fase da economia primária-exportadora, as ações do governo já eram fundamentais para a manutenção do modelo adotado. A partir da depressão de 1939, o governo passava a enfrentar uma nova série de obstáculos, tendo seu campo de ação ampliado em áreas como infraestrutura, incorporação tecnológica e manutenção do equilíbrio externo.

O contexto político e econômico argentino em 1930 contou com, além das mudanças econômicas já apontadas, a demolição das bases constitucionais por meio de um golpe de Estado. À vista disso, a Argentina iniciava o período de transformação da sua estrutura econômica mediante a adoção de novas políticas econômicas pela administração do país diante de um cenário de instabilidade política. Com o rompimento do paradigma liberal após a crise de 1930, a vertente econômica dominante, que influenciaria as tomadas de decisão, passou a ser baseada nas ideias sobre macroeconomia apresentadas por John M. Keynes. Tais ideias apontavam a importância da adoção de novos mecanismos de intervenção estatal diante de crises econômicas.

De 1946 a 1948, na primeira fase do governo peronista, as políticas econômicas expansionistas adotadas na Argentina consistiram no aumento da oferta monetária, dos gastos públicos e dos salários, visando uma redistribuição a favor dos setores populares. Entretanto, em 1949, esse modelo expansionista esgotou-se, deflagrando uma crise da política peronista no setor externo. Desse modo, foi adotado um novo programa econômico que consistia em uma política de renda e na criação de uma comissão nacional de salários e preços, contando com o apoio dos operários e do setor pecuário, que crescia por meio dos subsídios fornecidos pelo governo, responsáveis por manter um preço mais baixo dos artigos internos nos produtos agropecuários de demanda popular.

No que se refere ao estrangulamento externo pelo qual passavam os países latino-americanos naquele período, Ferrer indica que o governo peronista adotou uma estratégia com dois principais focos: a promoção da atividade pecuária; e o estímulo da entrada de investimento e empréstimo estrangeiro. Além disto, outra base da política econômica peronista citada pelo autor era o

estreitamento do vínculo com outros países da América Latina mediante acordos bilaterais.

Por fim, Ferrer analisa que a conclusão do governo peronista deixou uma economia marcada por transformações responsáveis por criar uma nova consciência da classe operaria em relação a participação na renda nacional; e induzir relativo desenvolvimento da atividade industrial na Argentina. Entretanto, com o fim da gestão peronista, surgiram diversos obstáculos que limitaram essas transformações, sendo o principal destes a adoção de medidas que caminhavam no sentido de reverter os efeitos de redistribuição de renda e mobilização operária obtidos por Peron. As medidas destacadas por Ferrer em relação a nova política foram: a intervenção na CGT; a privatização dos depósitos bancários; a incorporação do FMI e do Banco Mundial; o abandono dos acordos bilaterais de comércio exterior e a adesão, como país associado, à União Europeia`. (FERRER, 1987).

Por mais que a nova política retomasse o alinhamento dos interesses do setor público e da elite econômica, esta deu continuidade a estratégia peronista de incentivo a atividade agropecuária e ao investimento externo visando combater o estrangulamento externo. Contudo, a nova política tratava as importações de modo diferente a política posterior, as novas medidas colocaram fim as restrições quantitativas e passaram a controlar as importações por meio da taxa de câmbio e dos depósitos prévios. No entanto, essa estratégia de encarecimento das importações foi insuficiente, sendo reestabelecida a restrição de importações.

Como foi apontado no final do capítulo anterior, segundo Ferrer, desde a queda da administração de Juan Domingo Perón em meados da década de 1950, o Governo argentino já adotava diversas medidas que visavam inverter o sinal das políticas peronistas de distribuição de renda e enfraquecer o poder sindical. Além disso, o autor aponta que a política de desvalorização da taxa de câmbio exercida pela nova gestão gerou grande impacto sobre os preços internos, levando a deterioração dos salários reais. Diante dessas políticas redistributivas de renda, com transferência de recursos aos grupos de renda elevada, que por sua vez tendem a poupar mais, o resultado de aumento da

capitalização não atingiu o esperado, criando um cenário de polarização política na Argentina.

Em 1958, Ferrer afirma que a nova administração de Frondizi buscou enfrentar o estrangulamento do balanço de pagamentos por meio do financiamento da expansão da capacidade produtiva mediante entrada de capital estrangeiro e aumento da taxa interna de poupança. Tais medidas culminaram no agravamento da dívida externa e, por consequência, na deterioração do estrangulamento do balanço de pagamentos, além da queda dos salários reais e de um cenário de desconfiança no setor externo. Após o governo de Frondizi, instaurou-se novamente a política liberal na Argentina, porém apenas durante um breve período, durando até o início da administração radical de Illia que, segundo Ferrer, foi responsável por retificar as medidas adotadas no período anterior, avançando em alguns aspectos econômicos, como na recuperação do nível da atividade do produto e do emprego, mas falhando em solucionar problemáticas triviais.

Em conclusão, é notável que a análise histórica elaborada por Ferrer no que diz respeito ao início do processo de substituição de importações segue os passos de Furtado em relação a descrição dos acontecimentos econômicos e políticos em seu país durante a primeira fase da industrialização. Não obstante, o autor desenvolve um olhar crítico sobre tais acontecimentos, contribuindo com a evolução da tese estruturalista, principalmente no que se refere ao estudo da industrialização argentina. Desse modo, destaca-se, nesse capítulo, tanto a extensão da influência do método de investigação histórico-estruturalista elaborado por Furtado em outros países da América Latina, como o avanço do mesmo por outros autores, como Ferrer, que por meio deste elabora uma nova tese voltada a compreensão econômica de seu respectivo país.

3. Estagnação na América Latina

O principal objetivo desse capítulo é abordar os diferentes aspectos da crise desenvolvimentista a partir de 1960. Enquanto a primeira parte (3.1) foca na análise dos resultados da ISI pelo ponto de vista de diversos autores cepalinos, a segunda e terceira parte (3.2 e 3.3) tem como objetivo abordar a

evolução das ideias de Furtado e Ferrer, respectivamente, diante desse cenário econômico pessimista.

3.1 A crise do pensamento desenvolvimentista da década de 1960

O desenvolvimento do modelo estruturalista de industrialização por substituição de importações no Brasil e na Argentina, apesar de proporcionar avanços econômicos em um primeiro momento, como os que foram citados acima nas análises de Furtado e Ferrer, logo passou a apresentar diversas limitações. Desde meados da década de 60, a CEPAL já debatia sobre as principais problemáticas contidas no esquema proposto pela mesma: a falha do PSI em diminuir a vulnerabilidade externa dos países periféricos e sua dependência econômica; e em incorporar os frutos do progresso técnico na população em geral.

Na primeira parte deste capítulo, será feita uma análise das causas e efeitos dos principais fatores limitantes à industrialização por substituição de importações de cunho externo durante a década de 1960 e 1970 no Brasil e na Argentina com enfoque histórico-estruturalista. Desse modo, primeiramente, será feita uma introdução à teoria da dependência e à visão cepalina sobre o estrangulamento externo na metade do século XX. Em seguida, serão apresentadas as ponderações da análise histórico-estruturalista de Furtado e Tavares no Brasil, e Ferrer na Argentina, sobre tais obstáculos.

Como visto anteriormente, a origem da teoria cepalina do subdesenvolvimento latino-americano teve como base a proposta de diversificação da estrutura produtiva utilizando da industrialização como mecanismo para superação do desequilíbrio da relação centro-periferia. Na primeira fase da industrialização por substituição de importações, foi possível observar o crescimento extensivo da indústria em países latino-americanos, sendo este fruto da intervenção estatal e das políticas nacional-desenvolvimentistas influenciadas pelo estruturalismo cepalino. Entretanto, esse cenário otimista logo entrou em declínio com a deterioração da situação econômica latino-americana na primeira metade da década de 1960.

Segundo Prebisch (1963), o estrangulamento externo é um fator limitante do processo de acumulação de capital e industrialização na América Latina, pois

é responsável por impedir que toda a poupança adicional seja direcionada ao investimento da produção de bens de capital. Nesse sentido, para o autor, a dificuldade da superação do subdesenvolvimento periférico não se manifesta apenas na necessidade de transformação da estrutura produtiva interna, mas também da persistente estrutura anacrônica do intercâmbio. Se anteriormente as exportações dos países periféricos eram prejudicadas pela deterioração dos termos de troca, na década de 1960, diante de um cenário mundial caracterizado pela desaceleração econômica, soma-se o obstáculo do esquema de políticas econômicas protecionistas ou de restrição às importações adotadas pelos países desenvolvidos.

Além disso, Prebisch aponta que as medidas adotadas na primeira fase da ISI geraram um resultado inesperado em relação à dependência econômica e tecnológica dos países periféricos:

” Continua sendo um paradoxo que a industrialização, ao invés de ajudar a amortecer bastante o impacto interno das flutuações externas, esteja nos trazendo um novo e desconhecido tipo de vulnerabilidade externa” (PREBISCH, 1961, p5).

Desse modo, é possível concluir que a análise de Prebisch (1963) revela a persistência da problemática da deterioração da relação dos preços de intercâmbio mesmo durante o processo de industrialização, demonstrando que os esforços adotados pelos países latino-americanos, em geral, não foram o suficiente para superar sua posição vulnerável no mercado internacional, sendo responsáveis apenas por modificar sua natureza.

Ademais, para o autor, isso também é um fator indicativo de que, mesmo que as economias periféricas tenham incorporado progresso técnico por meio da substituição de importações, há uma debilidade destas em reterem integralmente os frutos deste. Na visão de Prebisch (1963), o mecanismo externo mais eficaz para a superação desse obstáculo seria a cooperação internacional, pois na ausência desta o desenvolvimento na América Latina tenderia às medidas autoritárias, gerando graves consequências socioeconômicas.

Ainda na década de 1960, diante da interpretação de Prebisch (1963) sobre a falha da industrialização em eliminar a dependência e a vulnerabilidade externa latino-americanas, surge uma nova teoria que teve como influência não só o estruturalismo cepalino, como também outras matrizes teóricas como o marxismo e as teorias imperialistas. Nesse sentido, a ausência de uma

elaboração teórica que analisasse a nova etapa dinâmica do capitalismo internacional que se estabelecia nesse período leva ao surgimento de uma nova escola de pensamento conhecida como teoria da dependência.

No Brasil, o desenvolvimento da teoria da dependência se deu principalmente por meio da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* coescrita pelo sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso e pelo historiador chileno Enzo Falleto. O ponto de partida da obra é a mesma questão trivial apontada pelos autores cepalinos desde o surgimento da teoria estruturalista: é imprescindível diferenciar a trajetória do desenvolvimento latino-americano da experiência dos países desenvolvidos. Entretanto, a obra de Cardoso e Falleto (1977) vai além dos pressupostos cepalinos da década de 1950, tendo como proposta central a ideia de que a integração de uma nação no mercado mundial é definida pela relação política e econômica dos seus grupos sociais internos e de como estes interagem com os grupos externos.

Por conseguinte, é possível perceber que a teoria da dependência de Cardoso e Falleto (1977) coincide com a abordagem histórico-estruturalista elaborada por Furtado e Ferrer, que ressalta a importância da análise da evolução da dinâmica interna de cada país, e não apenas dos fatores estruturais externos latino-americanos, para a superação do subdesenvolvimento.

Outra abordagem crítica aos conceitos iniciais apresentados pela CEPAL desenvolvida nesse mesmo período foi a do economista Aníbal Pinto sobre a natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina. Na visão do autor, os esforços da industrialização substitutiva para a homogeneização dos setores produtivos nas economias periféricas não se concretizaram devido aos fatores como: a persistência da dependência em relação ao setor externo; a carência de um ritmo constante de crescimento econômico e a concentração dos frutos do progresso técnico em nível social.

O foco da abordagem de Pinto se diferencia da interpretação dualista adotada pelos autores cepalinos na década de 50 no sentido que esta tem como foco a análise das camadas heterogêneas dentro de uma mesma sociedade, que é composta por diferentes classes socioeconômicas que apresentam diversos níveis de produtividade e renda. Desse modo, para o autor, a consequência do processo de desenvolvimento latino-americano foi, na

realidade, um aprofundamento do desnível social, ou seja, o agravamento da heterogeneidade estrutural, tornando-a mais complexa.

No Brasil, o desenvolvimento da análise histórica-estruturalista da persistência e evolução do estrangulamento externo se deu principalmente nas obras de Tavares e Furtado. Tavares (1974) aponta que o início do processo de industrialização na América Latina ocorreu por meio da adoção de medidas de defesa do mercado interno que se apoiavam na manutenção da renda interna. Desse modo, se antes o crescimento era baseado nas exportações, agora este dependia do investimento. Portanto, o resultado desse processo foi o deslocamento do papel do setor externo com uma notável perda de seu dinamismo.

Visando aprofundar a análise sobre essa problemática, Tavares faz uma distinção entre as duas principais formas que se manifesta o estrangulamento externo: uma de caráter “absoluto”, que se refere ao estancamento da capacidade de importar e outra de caráter “relativo”, referente a uma capacidade de importar que cresce com um ritmo inferior ao do produto. A autora observa que, a partir de meados da década de 1950, o poder de compra das exportações dos países latino-americanos manteve-se estagnado e até mesmo tendeu a decrescer, indicando que não houve recuperação relativa do setor externo durante o início da industrialização. Nesse período, as condições externas haviam voltado a serem desfavoráveis para os países latino-americanos devido a restrição de importações dos países centrais, levando a estagnação da maioria destas economias.

Por outro lado, a autora expõe que a economia brasileira foi capaz de manter um ritmo considerável de crescimento econômico mediante o aumento notável do desequilíbrio de seu balanço de pagamentos. Na visão de Tavares, a limitação do setor externo à industrialização por substituição de importações refere-se à dificuldade dos países latino-americanos em manter seu ritmo de crescimento diante de uma situação de estagnação absoluta da capacidade de importar. Isso ocorre devido à dependência do modelo de substituição de importações às altas taxas de formação de capital e à composição do investimento, demandando que haja sempre um certo nível de crescimento das exportações.

3.2 A Teoria da Estagnação Econômica de Celso Furtado

A crise desenvolvimentista da década de 1960 se refletiu no pensamento de Celso Furtado por meio do que ficou conhecida como sua “Teoria da Estagnação Econômica”. Por meio dessa teoria, Furtado expõe suas ideias sobre o esgotamento estrutural do processo de industrialização por substituição de importações, apresentando uma perspectiva pessimista de que a estagnação econômica na América Latina seria inevitável.

Antes de aprofundar o estudo do diagnóstico de Furtado sobre o subdesenvolvimento na América Latina, é imprescindível ressaltar que a visão do autor não se limita à crise desenvolvimentista da década de 1960, se estendendo à percepção do mesmo sobre a própria capitalização das economias periféricas. A análise de Furtado sobre as limitações estruturais e a tendência à estagnação nos países subdesenvolvidos tem sua origem na compreensão do processo histórico e das estruturas sociais e econômicas, tendo influência teórica do pensamento marxista.

Seguindo seu método histórico-estruturalista, Furtado começa seus estudos investigando os efeitos da transição do modelo primário-exportador para o modelo de industrialização substitutiva e, conseqüentemente, da implementação do progresso técnico, na realidade social dos países periféricos. Desde esse primeiro momento da instalação do projeto de industrialização estruturalista, o autor já apresenta um importante fator limitante ao desenvolvimento das economias latino-americanas: a permanência da antiga estrutura socioeconômica periférica. Segundo Furtado:

não apenas da acumulação depende o desenvolvimento. Apoia-se este, igualmente, na força dinâmica que surge nas sociedades sob a forma de impulso para a melhoria das condições de vida. Se o incremento do produto, decorrente da acumulação, permanecesse indefinidamente concentrado nas mãos dos pequenos grupos dirigentes, o processo de formação de capital tenderia a um ponto de saturação. É porque parte apreciável desse novo produto se distribui entre as massas trabalhadoras, que o desenvolvimento pode-se seguir adiante. (FURTADO, 1964, pág. 62)

Desse modo, torna-se evidente que, para o autor, o processo de industrialização na América Latina contou com esforços para uma mudança da

estrutura produtiva que não foram acompanhados de uma transformação da estrutura social. Isto posto, Furtado (1964) ressalta que a elaboração de teorias sobre o desenvolvimento econômico não deve ser restrita ao estudo da teoria econômica, sendo necessária uma análise multidisciplinar que também leve em consideração problemáticas de âmbito histórico, sociológico e antropológico.

Como foi visto no capítulo anterior, no período pós-guerra, a economia brasileira passou por uma etapa de intenso crescimento do produto industrial. Entretanto, esse ciclo progressivo foi interrompido no início da década de 1960 com a queda das taxas de crescimento e aumento significativo da inflação. Em 1961, Furtado publicou sua obra “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, em que já apontava alguns fatores limitantes à industrialização das economias periféricas. Dentre esses, o autor destaca o papel restritivo dos desajustamentos estruturais que, segundo o mesmo, acompanham o processo de diversificação das economias subdesenvolvidas. (FURTADO, 1961)

Uma das principais críticas de Furtado (1965) à inexistência de um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento no Brasil diz respeito à persistência do alinhamento com os interesses dos setores exportadores tradicionais na elaboração das políticas econômicas de industrialização. Desse modo, para Furtado, no Brasil, a elite industrial surge como reflexo da tradicional oligarquia agrária, em detrimento da manutenção de seus interesses privados em prol do interesse coletivo da assimilação dos efeitos da aplicação da técnica na renda nacional e na melhoria das condições socioeconômicas da população.

Por conseguinte, a proteção dos interesses da “nova elite industrial” desde o primeiro momento da industrialização periférica levou a uma elevação do padrão de consumo e alteração da composição da demanda nacional, ou seja, o excedente econômico gerado na periferia é concentrado na produção de bens e técnicas que compõem o consumo das elites. Desse modo, segundo Furtado (1966), a estratégia desenvolvimentista adotada na América Latina baseava-se na concentração dos investimentos voltados para indústrias de elevado coeficiente de capital, levando a uma redução da participação dos salários na renda e, conseqüentemente, ausência de mercado consumidor para os novos produtos, acarretando uma perda de dinamismo e tendência à estagnação. (BIESCHOWSKY, 2000)

Segundo Furtado (1961), no primeiro momento da industrialização brasileira a estratégia adotada foi a de concessão de favores às elites tradicionais, que atuavam no setor cafeeiro, por meio da defesa da renda monetária interna contra as fortes pressões deflacionárias do período de crise econômica mundial. Uma das consequências dessa política, que consistia principalmente na compra de café pelo Governo para estocar, foi a rápida desvalorização externa da moeda brasileira, que levou a um aumento nos preços relativos dos produtos importados, o que por sua vez incentivou o consumo de produtos manufaturados nacionais. Ou seja, o objetivo do Estado brasileiro de proteger a elite agrária diante de uma queda nos preços teve como consequência a transferência dos recursos e investimentos para a atividade manufatureira no Brasil, resultando no surgimento de uma política de industrialização sem um projeto claro e de longo prazo (FURTADO, 1961).

Na segunda fase da industrialização, Furtado (1961) aponta que, embora já houvesse maior consciência sobre a necessidade da industrialização em prol do crescimento econômico, o Governo brasileiro persistia na elaboração de estratégias que favorecessem a elite cafeeira, mesmo que estas entrassem em conflito com os interesses do novo setor industrial. Isto posto, ainda que na segunda metade da década de 1940 o cenário fosse de alta nos níveis de preços no Brasil, o Governo manteve a paridade cambial do cruzeiro visando manter o preço do café no mercado internacional. Esse mecanismo de supervalorização do cruzeiro refletia no intenso crescimento das importações e, conseqüentemente, no esgotamento das reservas internacionais, gerando um desequilíbrio no balanço de pagamentos. (FURTADO, 1968)

Diante desse cenário, com o objetivo de evitar o aumento do desajuste no balanço de pagamentos e ainda visando manter os interesses do setor cafeeiro, o Governo brasileiro adotou a estratégia de controle das importações, beneficiando mais uma vez o setor industrial. Por conseguinte, a análise de Furtado (1968) torna evidente que não houve o planejamento de uma verdadeira política de desenvolvimento no Brasil. Desse modo, a industrialização brasileira ocorreu somente como consequência de políticas de favores às antigas oligarquias, isto é, diante da ausência do reconhecimento e mudança dos problemas estruturais do país (FURTADO, 1968).

Um dos efeitos da inexistência de uma real política de industrialização no Brasil apontados por Furtado foi o aumento da desigualdade regional. A transição do modelo agrário exportador para o modelo industrial diante da ausência do planejamento de uma infraestrutura facilitadora da mobilidade de mão-de-obra e circulação de produtos levou a concentração do setor industrial nos polos com maiores índices socioeconômicos. Dessa forma, as regiões do país que já eram melhor estruturadas passaram a se beneficiar das mudanças estruturais e do lucro da industrialização, concentrando ainda mais a renda nacional em termos geográficos (FURTADO, 1968).

Além disso, para Furtado (1968), a mudança na estrutura social que acompanhou a transformação da estrutura econômica brasileira com o processo de substituição de importações teve como consequência um custo social e político. Para ele, a instauração de indústrias, que se concentrou em polos industriais, gerou o deslocamento da população para essas regiões em busca de trabalho, formando, nas palavras de Furtado, “uma massa urbana heterogênea, destituída de meios para traduzir as suas vagas aspirações em esquema de ação política” (Furtado, 1966, p. 104-105)

Furtado evidencia que esse processo de urbanização não foi acompanhado de uma mudança política das instituições brasileiras, com o Congresso ainda controlado pelas antigas oligarquias. Por fim, para Furtado, o surgimento dessa massa urbana heterogênea acompanhado da manutenção da estrutura política que favorecia os interesses da elite agrária levou a uma crise econômica e política.

3.3 A teoria da Crise de Densidade Nacional de Aldo Ferrer

A crise do estruturalismo latino-americano na década de 1960 teve grande repercussão na estrutura econômica argentina, refletindo em um período marcado pela instabilidade política e pela crise de densidade nacional.

De acordo com Ferrer, a transição do modelo primário-exportador para uma economia industrial na Argentina resultou em um cenário de instabilidade política e econômica a partir de meados da década de 1960, levando ao colapso da densidade nacional e ao fim do processo de industrialização não concluída. Nesse contexto, o principal foco da análise do autor sobre a crise da

industrialização substitutiva é o fenômeno da globalização, responsável por gerir o novo sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial, colocando novas problemáticas e possibilidades na ordem geopolítica.

Para Ferrer, desde 1945, com o crescimento da importância das redes da globalização no conjunto da economia mundial, foram inauguradas as chamadas “tendências da globalização”. Dentre estas, o autor destaca a intensa expansão do comércio internacional de bens e serviços, que a partir desse período passou a crescer a taxas significativamente superiores às da produção mundial. Simultaneamente, o impacto do desenvolvimento tecnológico durante o século XX na composição da demanda internacional consistiu no declínio das exportações de produtos primários e na agregação de valor aos bens que requeriam o uso da técnica.

Outras tendências da globalização observadas por Ferrer foram o aumento dos investimentos privados diretos, com empresas que operam em escala global instalando mais fábricas em outros países, principalmente nas áreas de alta tecnologia; e a contração das correntes migratórias devido à adoção de novas políticas restritivas e seletivas pelos países desenvolvidos. Além do mais, Ferrer ressalta o demasiado crescimento dos movimentos internacionais de fundos de capitais durante essa etapa, se intensificando ainda mais a partir da década de 1970.

Em 1971, houve o abandono do regime de paridades fixas do acordo de Bretton Woods, levando a evolução das principais moedas e a ampliação das transações cambiais. Desde então, os instrumentos das operações financeiras se diversificaram e houve aumento da liquidez internacional, fatores que foram acompanhados de uma reorganização do sistema financeiro, que contou com o surgimento de novos intermediários e, conseqüentemente, de um cenário mais competitivo e dinâmico no setor bancário.

Para Ferrer, o principal efeito do novo papel dos mercados financeiros na economia mundial foi o da influência destes na cotação da moeda de cada país, afetando de maneiras diferentes os países centrais e periféricos. Nos países centrais, o autor observa que, apesar das bolhas especulativas causadas pela volatilidade dos mercados financeiros provocarem tensões, estas têm um impacto limitado na economia nacional devido a atuação dos mecanismos

regulatórios da liquidez e dos gastos. Já nos países periféricos, onde esses instrumentos não operam com a mesma eficácia, as turbulências geradas pelas correntes financeiras geram ciclos de endividamento, causando desequilíbrios em diversas áreas da economia.

Na visão de Ferrer, todas essas mudanças causadas pelo fenômeno da globalização tiveram um impacto negativo sobre a participação das economias latino-americanas nas exportações mundiais, culminando no declínio da relação centro-periferia. Para o autor, o principal motivo dessa redução da atuação dos países periféricos na divisão internacional do trabalho é a dominação dos países desenvolvidos na tomada de decisões em nível mundial, ditando as regras e tendências de acordo com seus interesses privados. Outrossim, é evidente na análise do autor que essas assimetrias na distribuição de bem-estar e exercício do poder também podem ser percebidas na estrutura social de cada país, principalmente na América Latina, em que grande parte do custo da industrialização substitutiva incidiu sobre as camadas sociais de renda mais baixa.

Diante das problemáticas e possibilidades impostas pelas tendências da globalização que regiam a nova ordem mundial, marcada pela intensa integração do sistema financeiro mundial e pela nova composição do mercado internacional, a questão da densidade nacional dos países ganhou maior relevância, sendo esta apontada por Ferrer como a base de possíveis soluções para esses obstáculos. Mesmo diante da dominação da dimensão internacional nos mercados financeiros com a globalização, Ferrer afirma que o espaço interno continuou tendo peso decisivo em termos de produção, emprego e investimento. Além disso, o autor ressalta que a instauração do paradigma neoliberal a partir da década de 1970 serviu como mecanismo de dominação pelas nações desenvolvidas, que passaram a atribuir os desequilíbrios de mercado às forças ingovernáveis da globalização, ignorando os reais problemáticas de desregulamentação do mercado.

Em relação ao efeito da globalização no desenvolvimento econômico, Ferrer aponta que, embora esses dois fatores estejam altamente correlacionados, é impossível que as novas tendências modifiquem a natureza

desse processo, pois este é determinado pela dinâmica interna de cada país, nas palavras do autor:

A globalização não mudou a natureza do processo de desenvolvimento econômico. Isso continua a depender da capacidade de cada país de participar na criação e difusão de conhecimentos e tecnologias e de incorporá-los ao conjunto de sua atividade econômica e relações sociais. O desenvolvimento econômico continua a ser um processo de transformação da economia e da sociedade baseado na acumulação de capital, conhecimento, tecnologia, capacidade de gestão e organização de recursos, educação e competências da força de trabalho e estabilidade e permeabilidade das instituições, dentro das quais a sociedade resolve seus conflitos e mobiliza seu potencial de recursos. Desenvolvimento é acumulação nesse sentido amplo, e a acumulação se faz, antes de tudo, no espaço de cada país (FERRER, 1987, p 292)

Por conseguinte, para o autor, a influência da globalização sobre o desenvolvimento de cada país depende de sua dinâmica e inserção dentro do mercado internacional. Desse modo, esta pode atuar como impulsor econômico, proporcionando oportunidades de ampliação econômica e maior acesso ao capital estrangeiro; ou como um fator de instabilidade. Isto posto, torna-se evidente que a conclusão de Ferrer é de que o verdadeiro fator determinante do processo de desenvolvimento é a soberania de cada país e sua resposta os desafios e oportunidades da globalização.

No que diz respeito às respostas da América Latina ao dilema da globalização e desenvolvimento econômico, Ferrer as classifica como persistentemente inefetivas. Uma das características da realidade latino-americana identificadas pelo autor que contribuem para esse cenário é a concentração da renda, sendo esta apontada como um traço presente desde a era colonial que perdurou após o processo de independência. Nesse sentido, Ferrer toma como exemplo as economias argentina e brasileira, que após a independência utilizaram do mecanismo de concentração da propriedade da terra para perpetuar o quadro de concentração da riqueza.

Outra problemática apontada por Ferrer que persiste desde o período colonial é a da estratificação social. Para ele, a concentração da renda e da terra nos países latino-americanos dificultou o surgimento de uma massa crítica de liderança empresarial, impedindo a capacidade da classe proletária de acumular capital, assimilar a tecnologia e inovar. Além disso, o autor observa que a longa permanência do regime colonial na América Latina – tendo este durado três séculos- contribuiu para a manutenção de regimes políticos excludentes e

instáveis mesmo após o processo de independência, impossibilitando o fornecimento de boas respostas ao desafio do desenvolvimento no mundo global.

Em conclusão, o estudo de Ferrer sobre a crise desenvolvimentista que teve início na década de 1960 enfatiza a resposta das economias latino-americanas diante dos desafios e das oportunidades da globalização. Desse modo, para o autor, é imprescindível que a análise dos obstáculos ao desenvolvimento periférico incorpore a realidade latino-americana e seus objetivos próprios em uma perspectiva histórica de longo prazo. Nesse sentido, Ferrer contempla a contribuição da CEPAL, e em especial de Raúl Prebisch, para a difusão de um posicionamento crítico em relação a manutenção das ideias dominante das economias centrais na economia mundial. Entretanto, para promover boas respostas aos desafios da globalização e superarem os obstáculos que impedem o desenvolvimento das economias latino-americanas, Ferrer aponta que é indispensável que estas não se limitem ao mecanismo da política econômica, mas incorporem uma reforma institucional e política e promovam a integração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi iniciado com a premissa de abordar a relação entre o pensamento dos autores cepalinos Celso Furtado e Aldo Ferrer. No decorrer do levantamento bibliográfico, a análise comparativa entre as obras de ambos economistas indica que, apesar da clara influência do modelo “histórico-estruturalista” desenvolvido por Furtado no pensamento inicial de Ferrer sobre o PSI na Argentina, a conclusão dos autores na década de 1960 sobre o PSI é divergente.

No primeiro capítulo, é apontado que o surgimento da tese estruturalista elaborada inicialmente por Prebisch se deu pela estagnação do modelo de exportação “*hacia afuera*” e pela necessidade da formulação de um arcabouço teórico que englobasse os problemas específicos das economias latino-americanas. Com isso, as ideias desenvolvimentistas da CEPAL logo se difundiram e influenciaram diversos economistas na América Latina que possibilitaram o progresso e aprofundamento da base teórica, como Furtado no Brasil e Ferrer na Argentina.

No segundo capítulo, são evidenciados os diversos aspectos semelhantes nas principais obras de Furtado e Ferrer. Em relação ao processo de substituição de importações, ambos autores sobre evidenciam o imprescindível papel do Estado como fomentador do desenvolvimento econômico e focam suas teses na relação centro-periferia, partindo de uma análise fundamentada no método “histórico-estruturalista”. Desse modo, Ferrer e Furtado partem sua análise da observação de como se estabeleceu a economia primário-exportadora em seus respectivos países e os desafios para superar o subdesenvolvimento.

No terceiro capítulo e último capítulo, é evidenciado que, apesar das semelhanças metodológicas e teóricas na visão inicial de Ferrer e Furtado sobre o subdesenvolvimento latino-americano, estes apresentam perspectivas diferentes em relação ao esgotamento do modelo de substituição de importações. Para Ferrer, a análise do esgotamento é marcada pela positividade

conferida à formulação de uma estratégia de desenvolvimento que permita a continuidade do processo de industrialização e consolide uma trajetória de crescimento autônomo, tendo como foco a análise das possibilidades e dos obstáculos que acompanham o fenômeno da globalização. Ao mesmo tempo, Furtado apresenta uma visão pessimista sobre o futuro da América Latina devido ao enfraquecimento dos Estados nacionais após os acontecimentos da Guerra Fria frente ao fortalecimento de grandes empresas, além dos empecilhos estruturais enraizados na administração latino-americana.

Por fim, destaca-se que tanto a abordagem de Prebisch, como as de Furtado e Ferrer, e em geral do chamado pensamento da CEPAL, referem-se, em decorrência do próprio método histórico-estrutural adotado, a um contexto histórico específico: a realidade econômica e social da América Latina desde o período colonial e, em particular, os problemas dessas economias no período que se seguiu à Segunda Guerra.

Após a adoção da estratégia de industrialização por substituição de importações desenvolvida pela CEPAL no período pós-guerra, é evidente que houve, de fato, um processo de crescimento industrial expressivo nos países da América Latina, em particular no Brasil. Seguiu-se, no entanto, uma fase de recuo, nos anos 1960, que deu origem a novas análises, referidas no segundo capítulo.

No período de 1960, várias das ideias apresentadas pelas linhas de política econômica associadas a algumas análises da CEPAL — como a continuada proteção governamental à indústria, ou a resistência a uma reexpansão da agricultura de exportação — foram alvo de críticas, passando a ser vistas como inadequadas aos novos tempos. Desde o primeiro momento do processo de substituição de importações, houve grandes mudanças no cenário econômico latino-americano e mundial, como é evidente, destacando-se o aprofundamento do processo de globalização produtiva e financeira, e o forte crescimento da economia chinesa. Essa nova realidade demandava novas perspectivas de análise; autores da escola da CEPAL, incluindo Ferrer e Furtado, avançaram nessa direção (BIELSCHOWSKY, 2000), apresentando perspectivas diferentes sobre o futuro da economia latino-americana.

Entretanto, é imprescindível ressaltar que as obras de Prebisch, Furtado e Ferrer (e outros economistas cepalinos) exerceram enorme influência na América Latina, inclusive na formulação de políticas. O livro clássico de Furtado, por exemplo, é objeto de estudo e discussão até hoje, fator evidenciado pelo impacto do trabalho de Furtado no pensamento político, social e econômico brasileiro, sendo enfoque de diversos trabalhos acadêmicos atuais, como na obra “Celso Furtado e os 60 Anos de Formação Econômica do Brasil” por Alexandre de Freitas Barbosa lançada em 2021.

Por conseguinte, destacou-se, nessa pesquisa, a importância e a atualidade de se voltar ao pensamento desenvolvimentista, com enfoque no trabalho de Furtado e Ferrer, para a compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento na América Latina e, conseqüentemente, dos desafios estruturais persistentes nestas economias (BARBOSA, 2021).

Bibliografia

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

CORNBLIT, Oscar. **Inmigrantes y empresarios en la política argentina**. Desarrollo Económico, 6 (24), jan.-mar (1967)

DOSMAN, Edgar. **Raul Prebisch 1901-1986 - a construção da América Latina e o terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

FIORI, José Luís. **Celso Furtado e o Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

FERRER, Aldo. **De Cristóbal Colón a Internet: América Latina y la globalización**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

FERRER, Aldo. **Hechos y ficciones de la globalización: Argentina y el Mercosur en el sistema internacional**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

FERRER, Aldo. **La Economía Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1987.

FERRER, Aldo. **La Economía Argentina – desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

FONSECA, Marcelo da (ed.). **Saiba como a 1ª Guerra Mundial influenciou a produção de café em Minas**. 2014. JM Jorge Macedo - especial para o EM. Disponível

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959^a.

_____, **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959b.

_____, **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

_____, **A pré-revolução brasileira**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

_____, **Dialética do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

_____, **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

_____, **Teoria e política do desenvolvimento econômico**, São Paulo, Editora Nacional, 1967.

_____, **Formação econômica da América Latina**, Rio de Janeiro, Lia Editora, 1969.

_____, **Análise do "modelo" brasileiro**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

_____, **O mito do desenvolvimento econômico**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

_____, **Criatividade e dependência na civilização industrial**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____, **O Brasil pós-"milagre"**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____, **A nova dependência, dívida externa e monetarismo**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

_____, **Não à recessão e ao desemprego**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____, **Cultura e desenvolvimento em época de crise**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

_____, **Obra autobiográfica**, 3 vol.. São Paulo, Paz e Terra, 1997. Nova edição: São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

_____, **Diários intermitentes: 1937-2002**, São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

GENNARI, Adilson Marques; OLIVEIRA, Roberson. **História do pensamento econômico**. São Paulo : Editora Saraiva, 2012.

GUIMARÃES, Juarez. **Celso Furtado e o Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

MAY, Célio Borba. **A industrialização no Brasil: uma análise histórica e econômica de suas origens**. 2009. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

NABUCO, Regina Maria. **Celso Furtado e o Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

PREBISCH, Raúl. *Economic Development or Monetary Stability: A False Dilemma*. Economic Bulletin for Latin America 6, n1, mar 1961, p5

PREBISCH, Raúl. **Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TAVARES, M. C. **Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro** – Ensaio sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

TAVARES, M. C. **Celso Furtado e o Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

VAITKUNAS, Aleksas Dalecio. **A industrialização brasileira: da Primeira Guerra Mundial à crise de 1929**. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.